

Edson de Resende Castro

CURSO DE

DIREITO ELEITORAL

12ª edição revista e ampliada

De acordo com

- ❖ EMENDA CONSTITUCIONAL N. 117/2022
- ❖ LEI COMPLEMENTAR N. 184/2021
- ❖ LEI N. 14.356/2022
- ❖ RESOLUÇÕES DO TSE PARA AS ELEIÇÕES DE 2024



Belo Horizonte | 2024



Copyright © 2024 Editora Bretas/Del Rey

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, sejam quais forem os meios empregados, sem a permissão, por escrito, da Editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

EDITORA DEL REY LTDA.

www.editoradelrey.com.br

Editora: Aldria Oliveira Bretas

Coordenação Editorial: Conrado Esteves

Diagramação: Know-how Editorial

Capa: Conrado Esteves

Editora:

Rua dos Goitacazes, 71 – Lojas 20 a 24
Centro – Belo Horizonte – MG
CEP 30190-050

Comercial:

Tel.: (31) 3284-3284
vendas@editoradelrey.com.br

Editorial:

editorial@editoradelrey.com.br

CONSELHO EDITORIAL:

Alice de Souza Birchall
Antônio Augusto Cançado Trindade (*in memoriam*)
Antônio Augusto Junho Anastasia
Antônio Pereira Gaio Júnior
Aroldo Plínio Gonçalves
Carlos Alberto Penna R. de Carvalho
Dalmar Pimenta
Edelberto Augusto Gomes Lima
Edésio Fernandes
Felipe Martins Pinto
Fernando Gonzaga Jayme
Hermes Vilchez Guerrero
José Adércio Leite Sampaio
José Edgard Penna Amorim Pereira
Luiz Guilherme da Costa Wagner Junior
Misabel Abreu Machado Derzi
Plínio Salgado
Renan Kfuri Lopes
Rodrigo da Cunha Pereira

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

C355c

Castro, Edson de Resende

Curso de direito eleitoral / Edson de Resende Castro. – 12. ed. – Belo Horizonte:
Del Rey, 2024.

732 p.; 17 X 24 cm

ISBN 978-65-983447-0-2

1. Direito eleitoral. I. Castro, Edson de Resende. II. Título.

CDD 342.8107

Índice para catálogo sistemático

I. Direito eleitoral

SUMÁRIO

Título I NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

Capítulo I – CONCEITO E ALCANCE DAS NORMAS ELEITORAIS.....	31
1. Conceito.....	31
2. Capacidade eleitoral ativa e passiva.....	31
3. Organização do corpo eleitoral e das circunscrições eleitorais	32
4. Zonas Eleitorais.....	32
5. Sistemas eleitorais majoritário e proporcional	32
6. Quociente eleitoral e quociente partidário (impactados pelas Leis n. 13.165/2015, 13.488/2017 e 14.211/2021 e pela ADI 7263)	33
7. Processo Eleitoral.....	37
8. Competência da Justiça Eleitoral.....	38
Capítulo II – FONTES DO DIREITO ELEITORAL	39
1. Constituição Federal.....	39
2. Código Eleitoral (atualizado até a Lei n. 14.211/2021).....	40
3. Lei das Eleições (Lei n. 9.504/97, atualizada até a Lei n. 14.356/2022): princípio da anualidade	41
4. Lei Complementar 64/90 (com a Lei da Ficha Limpa e com a LC 184/2021)	47
5. Lei 6.091/74: transporte e a alimentação dos eleitores.....	47
6. Resoluções do TSE.....	49
Capítulo III – O DIREITO PARTIDÁRIO.....	51
1. Autonomia do direito partidário.....	51
2. O Partido Político	52

3. Criação e autonomia.....	52
4. Filiações e Desfiliações Partidárias.....	60
5. Duplicidade e Coexistência de Filiações.....	62
6. Infidelidade Partidária e Perda de Mandato.....	64
7. Finanças Partidárias e Prestação de Contas.....	69
8. Competência da Justiça Eleitoral.....	80
9. Mandado de Segurança	81
Capítulo IV – A JUSTIÇA ELEITORAL.....	83

Seção I

1. Competência	83
1.1. Lei complementar.....	83
1.2. Resolução n. 22.610/2007.....	84
1.3. Lei n. 14.211/2021.....	84

Seção II

2. Atividades Administrativas e Jurisdicionais	84
2.1. Organização e administração do processo eleitoral	85
2.2. Resolução dos conflitos	86
2.3. Capacidade postulatória	87

Seção III

3. Questões Partidárias e Questões Eleitorais.....	87
3.1. Do alistamento à diplomação	87
3.2. EC n. 58/2009.....	88
3.3. Conflitos partidários e improbidade	88
3.4. Propagandas institucional e partidária.....	89
3.5. Expulsão de filiado	89
3.6. Disputa de pré-candidatos nas convenções e interferência arbitrária de dirigentes partidários	90
3.7. Gestão do “Fundo Partidário”	90
3.8. Gestão do “Fundo de Campanha” – FEFC.....	90

Seção IV

4. Função Consultiva	91
4.1. Atribuição dos Tribunais Eleitorais.....	91

Seção V

5. Função Normativa	92
---------------------------	----

Seção VI

6. Composição dos Órgãos Jurisdicionais Eleitorais.....	93
6.1. TSE: recorribilidade.....	93
6.2. Ação Rescisória Eleitoral.....	94
6.3. TRE: recorribilidade.....	95
6.4. Juízes Eleitorais.....	96
6.5. Magistrados “emprestados”: mandato.....	96
6.6. Impedimentos. Novo CPC.....	96
6.7. Juntas Eleitorais.....	98

Seção VII

7. O Poder de Polícia	99
7.1. Conceito.....	99
7.2. Atuação de ofício.....	100
7.3. Instauração de ação eleitoral de ofício.....	100
7.4. Posturas municipais.....	101

Capítulo V – O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.....	103
---	------------

Seção I

1. Suas Atribuições	103
1.1. Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais.....	103
1.2. Acesso às informações da Justiça Eleitoral	106
1.3. Cobrança das multas e demais sanções.....	107

Seção II

2. Seus Órgãos.....	110
2.1. Procurador-Geral Eleitoral.....	110
2.2. Procurador Regional Eleitoral.....	110
2.3. Promotor Eleitoral.....	110
2.4. Mandato/rodízio.....	111
2.5. Impedimentos. Novo CPC.....	111
2.6. Limites à manifestação do pensamento político.....	112

Título II O PROCESSO ELEITORAL

Capítulo I – ALISTAMENTO ELEITORAL.....	117
1. Pressuposto objetivo do exercício do voto	117
2. Nome e Identidade de Gênero	118
3. Res. TSE n. 21.538/2003 e Res. TSE n. 23.596/2019: acesso aos dados dos eleitores	119

Seção I

4. Alistamento obrigatório e facultativo.....	121
4.1. Obrigatório	121
4.2. Facultativo	121
4.3. Os “Inválidos” e os que se encontram fora do país.....	123

Seção II

5. Direitos Políticos.....	125
5.1. Conceito.....	125
5.2. Perda ou suspensão.....	126
5.3. Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.....	126
5.4. Incapacidade civil absoluta.....	127
5.5. Condenação criminal: autoaplicabilidade, penas privativas de liberdade, restritiva de direitos e pecuniária, suspensão condicional da pena, livramento condicional, crime doloso ou culposo e contravenção penal. Entendimento do STF em repercussão geral. Condenado aprovado em concurso público	130
5.6. Recuperação assim que extinta a pena.....	134
5.7. Perda do mandato eletivo.....	134
5.8. Suspensão de Direitos Políticos X Inelegibilidade	135
5.9. Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa	136
5.10. Improbidade administrativa.....	138
5.11. Direitos políticos em Portugal.....	140

Seção III

6. Os Inalistáveis	141
6.1. Os estrangeiros	141
6.2. Os conscritos.....	141
6.3. Os militares de carreira	143

6.4. O preso provisório.....	143
6.5. Hipóteses não recepcionadas pela CF/88	143

Seção IV

7. Domicílio Eleitoral.....	143
7.1. Conceito: vínculos políticos, sociais e afetivos	144
7.2. Deferimento da inscrição e recurso: capacidade postulatória.....	146
7.3. Revisão do eleitorado	148

Seção V

8. Transferência de Domicílio	148
8.1. Domicílio eleitoral histórico/afetivo.....	148
8.2. Domicílio na nova circunscrição	149
8.3. Recurso	150

Seção VI

9. Exclusão e Cancelamento	150
9.1. Noção	150
9.2. Legitimidade do eleitor.....	151
9.3. Hipóteses	151
9.4. Correição e Revisão por notícia de fraude.....	152
9.5. Retificação de dados do eleitor	153
9.6. Revisão de ofício	153

Capítulo II – PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA..... 157

1. Convenções partidárias.....	158
2. Candidatura nata.....	160
3. Eleições majoritárias (chapas) e proporcionais (listas abertas).....	161
4. Reserva de gênero: limite percentual para homens e mulheres. Candidaturas fictícias.....	162
5. Coligações: representação, verticalização	166
6. Pedido de registro das candidaturas: data limite e resumo do procedimento.....	168
7. Quitação Eleitoral.....	170
8. Omissão do partido: pedido feito pelo próprio candidato.....	171
9. Substituição de candidato: primeiro e segundo turnos	172
10. Documentos e informações para o registro	173
11. Diligências	174

12. Candidato <i>sub judice</i>	175
13. Expulsão do candidato do partido: cancelamento do registro	179

Seção I

14. Condições de Elegibilidade	179
14.1. Conceito.....	179
14.2. Elegibilidades próprias e impróprias.....	179
14.3. Hipóteses	180
14.3.1. Nacionalidade Brasileira e cargos privativos de brasileiro nato.....	181
14.3.2. Pleno exercício dos direitos políticos.....	182
14.3.3. Alistamento eleitoral	184
14.3.4. Domicílio eleitoral na circunscrição	185
14.3.5. Filiação partidária: lista de filiados, duplicidade e coincidência de filiações.....	187
14.3.6. Escolha em convenção.....	192
14.3.7. Idade mínima para a candidatura	192
14.3.8. Momento de Aferição.....	193
14.3.9. Elegibilidade Superveniente	196
14.3.10. Apresentadores e comentaristas de rádio e TV.....	199

Seção II

15. Condições de Registrabilidade	201
15.1. Compreensão	201
15.2. Documentos necessários ao registro	202

Seção III

16. Causas de Inelegibilidade	202
16.1. Compreensão e conceito	202
16.2. Inelegibilidade inata e inelegibilidade cominada.....	203
16.3. Inelegibilidades amplas/absolutas ou restritas/relativas	204
16.4. Inelegibilidades próprias e impróprias.....	205
16.5. Inelegibilidade Reflexa	205
16.6. Presunção de Inocência.....	205
16.7. Retrospectividade da LC n. 135/2010	207
16.8. Razoabilidade e Proporcionalidade das novas hipóteses	210
16.9. Hipóteses Constitucionais e Infraconstitucionais.....	210

16.9.1. Os analfabetos: teste de alfabetização.....	210
16.9.2. Os inalistáveis.....	213
16.9.3. Os incompatíveis por exercício de função: reeleição do titular, eleição do vice ao cargo de titular, candidatura a outros cargos, “prefeitos itinerantes”, desincompatibilização por renúncia, exoneração e licença, o território da disputa.....	213
16.9.4. Os incompatíveis por casamento ou parentesco: parentesco com o titular e parentesco com o vice; o território de jurisdição do titular; casamento religioso, concubinato e união estável homossexual; titular de mandato e candidato à reeleição.....	231
16.9.5. Inelegíveis por Desvio de Conduta: LC n. 64, art. 1º, I.....	241

Seção IV

17. Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura.....	314
17.1. Legitimação Ativa.....	314
17.2. Eleitor: notícia fundamentada de inelegibilidade.....	315
17.3. Conhecimento de ofício pelo Juiz ou Relator.....	315
17.4. Legitimação passiva.....	317
17.5. Objeto da impugnação: arguição de inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais: preclusão, inelegibilidade superveniente.....	318
17.6. Negativa de diplomação do eleito.....	321
17.7. Prazo para impugnação.....	322
17.8. Notificação pelo mural eletrônico, por mensagem instantânea, e-mail ou correspondência. Contestação em sete dias. Audiência.....	324
17.9. Diligências. Alegações finais. Parecer do Ministério Público.....	324
17.10. Decisão. Recurso. Prazos peremptórios, plantão da Justiça Eleitoral aos sábados, domingos e feriados.....	325

Capítulo III – PROPAGANDA ELEITORAL..... 331

1. Conceito.....	331
2. Propaganda partidária.....	333
3. Promoção pessoal.....	336
4. Princípios que a orientam.....	337
5. Art. 36-A, da Lei n. 9.504/97.....	339

Seção I

6. Início da Propaganda.....	352
6.1. Disciplina do Código Eleitoral e da Lei das Eleições.....	352
6.2. Propaganda extemporânea.....	352

6.3. Prévio conhecimento. Intimação do Juiz Eleitoral ou recomendação do MP.	353
6.4. Responsabilidade solidária do candidato e do Partido Político.....	355

Seção II

7. Propaganda Intrapartidária	356
7.1. A quem se dirige.....	356
7.2. Período de permissão	357
7.3. Propaganda intrapartidária x propaganda extemporânea.....	357

Seção III

8. Propaganda Lícita.....	358
8.1. Bens Particulares. Adesivos plásticos. Justaposição. Autorização do proprietário	358
8.2. Placas, pinturas em muros	361
8.3. Folhetos, volantes e outros impressos.....	363
8.4. Alto-falantes	365
8.5. Comícios. Limite de horário. Crime de desobediência. Poder de polícia.....	367
8.6. <i>Outdoor</i> . Proibição da Lei n. 11.300/2006. Placas justapostas.....	371
8.7. Jornais e revistas: tratamento privilegiado.....	373
8.8. Rádio e TV	374
8.8.1. Horário gratuito em rede	375
8.8.2. Horário gratuito em inserções	377
8.8.3. Distribuição do tempo entre partidos e coligações	378
8.8.4. Conteúdo dos programas.....	379
8.8.5. Restrições à programação normal: apresentadores e comentaristas.....	381
8.8.6. Debates	384
8.9. Internet.....	386
8.9.1. Sites de Candidatos e Partidos	387
8.9.2. Mensagens Eletrônicas.....	387
8.9.3. Blogs, Redes Sociais e Mensagens Instantâneas.....	389
8.9.4. Livre Manifestação do Pensamento	391
8.9.5. Propaganda Paga e Impulsionamento.....	392
8.9.6. Sites de Pessoas Jurídicas e Órgãos Públicos.....	396
8.9.7. Cadastro de Endereços Eletrônicos: doação/utilização	396
8.9.8. Cadastro de Endereços Eletrônicos: venda	397
8.9.9. Provedores de Conteúdo e de Serviços Multimídia	398

8.9.10. Atribuição de Autoria a Terceiros	398
8.9.11. Veiculação de ofensas e fatos inverídicos.....	399
8.9.12. Suspensão de Acesso.....	400
8.9.13. Evolução do Ambiente Tecnológico e Inteligência artificial.....	400
8.9.14. Violação de propaganda lícita: crime eleitoral	402
8.9.15. Poder de Polícia na Internet	402

Seção IV

9. O Direito de Resposta	403
9.1. Excessos. Afirmções inverídicas, injuriosas, caluniosas e difamatórias.....	403
9.2. Disciplina do Código Eleitoral. Disciplina da Lei das Eleições. Ofensa a candidatos. Ofensa a terceiros. Ofensa a pessoa jurídica. Ofensa a autoridades públicas.....	403
9.3. Veiculação por diversos meios	406
9.4. Indevida utilização do direito de resposta.....	408

Seção V

10. Propaganda não tolerada	409
10.1. Hipóteses e poder de polícia	409
10.2. As posturas municipais.....	410

Seção VI

11. Propaganda Ilícita	410
11.1. Bens pertencentes ao Poder Público. Bens cujo uso dependa de cessão do Poder Público: táxis, ônibus, etc.....	411
11.2. Bens de uso comum: bares, clubes, estádios de futebol, etc.	413
11.3. Cavaletes e bonecos nas vias públicas	415
11.4. Multa ou restauração do bem: § 1º do art. 37.....	417
11.5. Postes de iluminação, pontes, passarelas.....	420
11.6. Brindes de Campanha.....	421
11.7. Outdoor e showmícios.....	422
11.8. Símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo	422

Seção VII

12. Abuso de Poder e Uso Indevido dos Meios de Comunicação	423
12.1. Introdução	423

12.2. Comprometimento da normalidade e legitimidade das eleições. Nexó de causalidade. Gravidade.....	425
12.3. Prévio conhecimento. Verificação objetiva	427
12.4. Inelegibilidade.....	429
12.5. Cassação do registro ou do diploma e outras consequências	429

Seção VIII

13. Abuso do Poder Econômico, Movimentação Ilícita de Recursos (art. 30-A) e Captação Ilícita de Sufrágio (art. 41-A).....	430
13.1. Conceituação.....	430
13.2. Descumprimento das normas relativas à arrecadação dos fundos de campanha. Vedação das doações de pessoas jurídicas: ADI 4650. Limite de gastos fixado pelas Leis n. 13.488/2017 e 13.878/2019.....	431
13.3. Descumprimento das normas relativas aos gastos de campanha	435
13.4. Art. 41-A, da LE. Multa. Cassação do registro ou do diploma. Novas eleições (art. 224, § 3º, do CE). Efeito do recurso (art. 257, § 2º, do CE)	436
13.5. Art. 30-A, da LE.	449

Seção IX

14. Abuso de Poder Político ou de Autoridade e Condutas Vedadas.....	454
14.1. Compreensão	454
14.2. Conceito de agente público. Improbidade administrativa	455
14.3. Art. 73 e ss., da LE: constitucionalidade.....	457
14.4. Hipóteses	461
14.4.1. Cessão e uso de bens públicos (inciso I).....	461
14.4.2. Uso de materiais e serviços públicos (inciso II)	463
14.4.3. Cessão ou uso de servidores públicos (inciso III).....	464
14.4.4. Uso promocional de programas públicos de assistência social (inciso IV) e criação de programas sociais em ano de eleição (§ 10) .	467
14.4.5. Nomeação de servidores públicos (inciso V)	477
14.4.6. Transferência voluntária de recursos públicos (inciso VI, "a")	481
14.4.7. Publicidade Institucional (inciso VI, alínea "b")	484
14.4.8. Pronunciamento em cadeia (inciso VI, alínea "c").....	488
14.4.9. Gastos com publicidade institucional (inciso VII).....	489
14.4.10. Revisão geral de remuneração dos servidores (inciso VIII).....	492
14.4.11. Publicidade institucional desvirtuada (art. 74)	494
14.4.12. Shows artísticos em inaugurações públicas (art. 75)	495
14.4.13. Participação de candidatos em inaugurações públicas (art. 77).....	497

Seção X

15. Abuso (uso indevido) dos Meios de Comunicação Social	500
15.1. Compreensão	500
15.2. Abusos na imprensa escrita	500
15.3. Abuso no rádio e na TV	501
15.4. Outros meios de comunicação. Abuso do poder religioso	503

Seção XI

16. Das Pesquisas e Testes Pré-Eleitorais	505
16.1. Registro prévio na Justiça Eleitoral	506
16.2. Divulgação sem registro: multa	508
16.3. Pesquisa fraudulenta: Crime Eleitoral	509
16.4. Divulgação de pesquisa no dia da eleição	509
16.5. Enquetes e sondagens: Lei n. 12.891/2013	509

Seção XII

17. Fim da Propaganda	511
17.1. No rádio, na TV e em Comícios	511
17.2. Impressos, carreatas, alto-falantes	512
17.3. Jornais e revistas	513
17.4. Internet	513

Seção XIII

18. Retirada da Propaganda	513
18.1. Prazo no primeiro e segundo turnos	514

Seção XIV

19. Representação	514
19.1. Art. 96, da Lei 9.504/97: objeto	515
19.2. Momento para ajuizamento	516
19.3. Natureza de ação	517
19.4. Competência	518
19.5. Legitimação ativa	520
19.6. Legitimação passiva	521
19.7. Procedimento Sumaríssimo	522

19.8. Instrução e produção de prova	523
19.9. Decisão e recursos ordinário, especial, extraordinário, agravo e embargos de declaração	525

Seção XV

20. Representação Especial: arts. 23, 30-A, 41-A, 45, 73, 74, 75, 77, LE	527
20.1. Art. 22, da LC n. 64/90: objeto e competência	527
20.2. Legitimidade ativa.....	528
20.3. Legitimidade passiva e litisconsórcio com o agente público.....	528
20.4. Termos inicial e final para a propositura	530
20.5. Procedimento e Prova	532
20.6. Decisão	537
20.7. Recurso e efeitos da decisão: cassação e novas eleições majoritárias.....	537

Seção XVI

21. Ação de Investigação Judicial Eleitoral – AIJE.....	540
21.1. Caracterização, cabimento e objeto	540
21.2. Natureza de Ação. Petição inicial.....	542
21.3. Legitimação ativa: Capacidade postulatória. Eleitor. Partido/Federação/Coligação. Desistência	544
21.4. Legitimação passiva: litisconsórcio necessário	546
21.5. Momento para sua propositura. Prazo final. Decadência	548
21.6. Competência do Corregedor.....	550
21.7. Procedimento: defesa, dilação probatória, alegações finais.....	551
21.8. Decisão, efeitos antes e depois das eleições.....	557
21.9. Recursos eleitoral, especial e extraordinário. Efeito suspensivo nas instâncias ordinárias e novas eleições.....	560

Capítulo IV – DAS GARANTIAS ELEITORAIS..... 563

1. Garantia contra prisões de candidatos	563
2. De eleitores	564
3. De membros das mesas receptoras e fiscais partidários.....	565
4. Garantia do exercício do voto dos trabalhadores	565

Capítulo V – O DIA DAS ELEIÇÕES 567

1. Seções Eleitorais. Mesa Receptora de Votos.....	567
2. Presidente da Mesa.....	568
3. Os Fiscais de Partidos/Coligações.....	568

4. Propaganda eleitoral: boca de urna. Crime eleitoral. Manifestação silenciosa: bótons, flâmulas, adesivos, etc.	569
5. Transporte e alimentação de eleitores. Crime eleitoral.....	571
CAPÍTULO VI – APURAÇÃO E TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS.....	575
1. Apuração tradicional, fiscalização dos partidos.....	575
2. Apuração eletrônica	575
3. Destino dos votos na eleição proporcional: art. 175, CE e art. 16-A, LE.....	576
CAPÍTULO VII – ARRECADAÇÃO, GASTOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA.....	581
1. Arrecadação: formalidades, período, doação de pessoas físicas, financiamento coletivo, limites e apuração de excesso.....	581
2. Recursos próprios	594
3. Fundo Partidário.....	596
4. Fundo Especial de Financiamento de Campanha.....	598
5. Comercialização de bens e realização de eventos.....	602
6. Limite de gastos previsto na lei.....	603
7. Destinação lícita e ilícita dos recursos.....	607
8. Prestação de Contas: prazo.....	611
9. Responsabilidade do candidato e do administrador financeiro. Falsidade ideológica eleitoral.....	612
10. Contas de campanha do partido. Consequência da desaprovação	612
11. Sobras e dívidas de campanha.....	613
12. Rejeição das contas do candidato.....	614
13. Contas não prestadas. Suspensão da quitação eleitoral.....	614
14. SPCE e prestação de contas simplificadas. Autuação no PJe.....	615
15. Ausência de movimentação financeira e controle concomitante.....	616
16. Prestação de contas anuais dos partidos.....	617
17. Prestação de contas parciais e publicação das doações financeiras em 72 horas.	617
18. Jurisprudência	620
CAPÍTULO VIII – DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS.....	623
1. Conceito. Natureza declaratória	623
2. Competência	624

Seção Única

3. Recurso contra a Expedição do Diploma.....	625
3.1. Hipóteses de cabimento.....	625
3.2. Inelegibilidades supervenientes. Art. 262, § 2º, do CE	626

3.3. Negativa de diplomação.....	638
3.4. Inelegibilidades constitucionais.....	639
3.5. Prova pré-constituída. AIJE.....	640
3.6. Captação ilícita do sufrágio.....	642
3.7. Legitimação ativa.....	642
3.8. Legitimação passiva. Litisconsórcio passivo.....	643
3.9. Prazo para propositura e efeito sobre o diploma.....	644
3.10. Juízo de retratação.....	646
Capítulo IX – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO.....	647
1. Notícia histórica. Natureza.....	647
2. Competência.....	648
3. Prazo para propositura. Suspensão dos prazos processuais. Aplicação.....	649
4. Hipóteses de cabimento. Fraude nas candidaturas femininas.....	651
5. Legitimação ativa. Desistência do legitimado: MPE assume a titularidade. Assistência litisconsorcial.....	659
6. Legitimação passiva. Litisconsórcio passivo.....	660
7. Assistência do partido do impugnado.....	666
8. Procedimento: art. 3º, da LC n. 64/90. Testemunhas. Escuta ambiental.....	666
9. Prova emprestada, litispendência e conexão.....	676
10. Sentença: novas eleições, diplomação do 2º colocado, inelegibilidade.....	679
11. Recurso. Efeito suspensivo. Art. 257, § 2º. Recurso adesivo.....	686
12. Execução da decisão.....	689
Capítulo X – CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL.....	691
1. Pena mínima: art. 284.....	691
2. Declaração falsa de domicílio eleitoral: art. 289.....	691
3. Caixa 2: art. 350.....	692
4. Impedir ou inutilizar propaganda alheia: arts. 331 e 332.....	694
5. Afirmções inverídicas: art. 323.....	694
6. Violência Política de Gênero: art. 326-B.....	696
7. Compra de votos: art. 299.....	698
8. Coação ao voto: art. 301.....	701
9. Desobediência eleitoral: art. 347.....	701
10. Sorteios e brindes: art. 334.....	702
11. Transporte e alimentação de eleitores: art. 302, CE, e Lei n. 6.091/74.....	703
12. Boca de urna: art. 39, § 5º, da Lei n. 9.504/97.....	705
13. Crimes contra a honra. Imunidade parlamentar: arts. 324, 325 e 326.....	708

14. Denúnciação caluniosa eleitoral.....	710
15. Apropriação indébita eleitoral.....	710
16. Ação penal pública incondicionada.....	712
17. Crimes Eleitorais conexos com Crimes Comuns.....	712
18. Foro privilegiado. Súmula 394, do STF. AP 937.....	713
19. Interrogatório e defesa. Procedimento do CPP.....	716
20. Recurso. Razões recursais. Prazo.....	718
21. Execução Penal.....	719
22. Transação penal e Suspensão condicional do processo.....	719
23. Juiz de Garantias.....	721
24. Impedimento do Juiz. Prova Inadmissível.....	722
25. Arquivamento do inquérito no MP.....	722
26. Audiência de Custódia.....	723
27. Acordo de não persecução penal.....	724

REFERÊNCIAS.....	729
-------------------------	------------

MODELOS DE FORMULÁRIOS (ACESSO VIA QR CODE ABAIXO)

- Anexo A – Recomendações, Avisos, Requerimentos, etc.
- Anexo B – Requerimento de Exclusão/Cancelamento
- Anexo C – Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC) – Iniciais e Pareceres
- Anexo D – Parecer em Pedido de Resposta
- Anexo E – Representação e Recurso
- Anexo F – Representação para Investigação Judicial
- Anexo G – Ação Cautelar
- Anexo H – Representação para Retirada de Propaganda Eleitoral
- Anexo I – AIME – Ação de Impugnação de Mandato Eletivo
- Anexo J – Candidatura Fictícia
- Anexo K – RCED – Recurso Contra a Expedição de Diploma
- Anexo L – Sentença de Procedência de Representação (Art. 41-A)
- Anexo M – Sentença de Procedência de AIME
- Anexo N – Recomendação – Número de Vereadores
- Anexo O – Excesso de Doação Representação Especial – Pessoa Física não Declarante de IR
- Anexo P – Excesso de Doação: Alegações Finais
- Anexo Q – Ação de Suspensão de Diretório

